



ISCEE

Instituto Superior
de Ciências Económicas
e Empresariais

**REGULAMENTO DE CURSOS
DE PÓS-GRADUAÇÃO
E DOS CURSOS DE 2º CICLO
(MESTRADO)**

2015

REGULAMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E DOS CURSOS DE 2º CICLO (MESTRADO)

Criação de Cursos de 2º Ciclo (Mestrados)

Primeiro (Competência)

A criação de cursos de 2º ciclo, tendentes à concessão do grau de mestre, compete à Comissão Científica, sob proposta das áreas do ISCEE que se propõem realizá-los, após audição da Comissão Pedagógica.

Segundo (Proposta)

Da proposta referida no ponto anterior deverá constar, obrigatoriamente:

- a) A identificação da (s) área (s) que toma (m) a iniciativa de criação do mestrado;
- b) A identificação da área predominante e a especificação da especialidade a que respeita o curso;
- c) O Regulamento próprio do mestrado, se aplicável;
- d) O processo completo para submissão tutelar.

Terceiro (Regimento)

1. Os cursos de 2º ciclo (mestrado) do ISCEE regem-se por normas gerais, comuns a todos os mestrados, e normas específicas de cada curso.
2. Aos cursos de pós-graduação não conducentes à obtenção de grau serão aplicáveis estas normas com a necessária adaptação.

Normas Gerais Comuns

Quarto (Coordenação Científica)

1. Cada curso de 2º ciclo (mestrado) é dirigido por um Director de Curso eleito pela Comissão Científica, ouvida a área predominante, por um período de quatro anos, prorrogável.
2. Quando a iniciativa de criação de um curso de 2º ciclo partir de mais do que uma área, poderá haver um professor indicado por cada área a que não pertença o diretor de curso para o coadjuvar na direção do mestrado.
3. A Comissão Científica de cada curso de 2º ciclo é constituída por todos os professores que lecionam nesse curso, sendo presidida pelo diretor de curso do mesmo.
4. O diretor de curso pode, se assim o entender, nomear uma Comissão Executiva, por ele presidida, composta por dois membros da Comissão Científica, para deliberar sobre as seguintes matérias:
 - a) Constituição de júri de seriação de candidatos;
 - b) Constituição do júri para apreciação das propostas de dissertação, projeto de tese ou relatório de estágio;
 - c) Aprovação de coorientação.

Quinto (Organização)

1. Os cursos de mestrado são divididos em 2 anos, quatro semestres, sendo os 2 primeiros para o plano curricular e os 2 últimos semestres destinados à elaboração da dissertação.
2. No plano curricular de cada curso de mestrado uma das unidades curriculares obrigatórias será a de Metodologias de Investigação ou Metodologia do Trabalho Científico, conforme o caso, que poderá ser lecionada sob a forma de seminário.

Sexto (Habilitação de acesso)

Podem candidatar-se ao acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre:

- a) Os titulares de uma licenciatura ou equivalente legal;
- b) Os titulares de grau académico superior, estrangeiro;
- c) Os alunos do ISCEE que terminam a licenciatura com os exames da época especial nas seguintes condições:
 - Candidatam-se como alunos condicionados;
 - São admitidos os que terminam a licenciatura e, após a seriação, fiquem colocados entre o 1º e o último candidato admitido, abrindo-se vagas além das 30 caso seja necessário.

Sétimo (Processo de candidatura e matrículas)

1. Os critérios de seleção e *numerus clausus* serão definidos em Regulamento específico de cada um dos cursos de pós-graduação ou de 2º ciclo (mestrado).
2. O calendário para a realização das candidaturas e matrículas, afixação de listas e datas limite para apresentação dos projetos de dissertação e dos respetivos registos finais, serão fixados pelo Presidente do ISCEE no início de cada ano lectivo.
3. Os candidatos deverão apresentar, nos atos de candidatura e matrícula, os documentos exigidos para o efeito. Os documentos apresentados são da responsabilidade dos candidatos e as declarações prestadas são feitas sob compromisso de honra.

Oitavo (Júri de seleção dos candidatos ao mestrado)

1. O júri de seleção dos candidatos de cada mestrado é constituído pelo diretor de curso e por mais dois elementos designados pela área de entre o seu corpo de professores detentores do grau de doutor ou de mestre. Se a área não possuir graduados em número suficiente, proporá, à Comissão Científica, a indigitação de outros professores de áreas afins.
2. O júri referido no número anterior deverá definir os critérios de seriação dos candidatos, tendo em consideração os critérios estipulados para a generalidade dos mestrados em funcionamento no ISCEE e que constam do anexo A a este diploma.
3. Da aplicação dos critérios definidos no número anterior resultará a obtenção de uma classificação de cada candidato na seriação final.
4. O júri referido no número um deverá elaborar uma acta, fundamentando a ordenação dos candidatos e propondo à Comissão Científica a sua aprovação. Na referida acta devem estar discriminados os critérios de seriação, que resultaram da adaptação a cada mestrado dos critérios globalmente definidos e que constam do anexo A, a este

diploma, bem como a classificação obtida por cada candidato, referida no ponto anterior.

5. A pauta de seriação dos candidatos ordenados por ordem decrescente da classificação obtida e com a classificação de “admitido” e “não admitido” deve ser afixada.

Nono

(Número mínimo de alunos)

O número mínimo de alunos para o funcionamento de um mestrado é de 16 (dezassex) e de 10 (dez) para cada unidade curricular optativa.

Décimo

(Aprovação na parte escolar)

1. O aluno obterá aprovação numa unidade curricular desde que tenha frequentado pelo menos 75% da carga horária semanal (aulas letivas) e tenha obtido classificação igual ou superior a 10 (dez) valores na escala numérica inteira de 0 (zero) a 20 (vinte).
2. A obrigatoriedade de comparência às aulas referida no número anterior não se aplica aos alunos que usufruem do estatuto de trabalhador-estudante.
3. Na época de recurso, o aluno poderá inscrever-se para avaliação de conhecimentos num máximo de 50% das unidades curriculares que constituem a parte escolar do semestre/quadrimestre do mestrado, excluindo-se naquela as inscrições para melhoria de nota e os alunos que usufruem do estatuto de trabalhador-estudante.
4. O aluno que não tenha sido reprovado nos termos do número 1, poderá inscrever-se no mesmo mestrado, para conclusão da parte escolar, na sua realização seguinte e desde que proceda à liquidação dos montantes fixados como propinas, propostos para esse ano lectivo.
5. O aluno que reprova nos termos do número 1, ou que não complete a parte escolar nos termos do número 4, terá de completar este ciclo de estudos no ano lectivo imediato e desde que proceda à liquidação dos montantes fixados como propinas. No caso de não se dar a abertura do curso de mestrado terá que ser garantida a avaliação final por exame.
6. Os alunos que não completaram a parte escolar por não terem obtido aprovação a, no máximo, duas unidades curriculares, podem entregar o projeto de tese nos 5 (cinco) dias úteis seguintes ao lançamento da última nota que completa a parte escolar do mestrado e entregar a sua tese na data prevista.
7. Os alunos podem solicitar o reingresso no mesmo mestrado se estiverem nas seguintes condições:
 - a) Terem concluído com aproveitamento pelo menos 50% das Unidades Curriculares;
 - b) Terem interrompido a matrícula até ao limite máximo de 2 (dois) anos.
8. O aluno que obteve aprovação numa unidade curricular pode inscrever-se, uma única vez, para realizar melhoria de nota em qualquer época de exame do mesmo ano lectivo ou do ano lectivo subsequente, desde que ainda não tenha pedido nenhum certificado de conclusão da parte escolar do mestrado.
9. No caso dos seminários não há possibilidade de melhoria de nota.

Décimo Primeiro (Equivalências)

1. Pode ser concedida equivalência a unidades curriculares de um curso de mestrado, desde que as equivalências concedidas não excedam 50% do total de ECTS da parte escolar do curso.
2. As equivalências serão concedidas pelos professores que lecionam as unidades curriculares, após consultado o diretor do curso.

Décimo Segundo (Diploma de conclusão da parte curricular do mestrado)

1. A aprovação da parte curricular do curso de mestrado dá lugar à atribuição de um diploma pelo Presidente do ISCEE nos termos dos números seguintes.
2. Ao aluno que complete todos os semestres letivos do 2º ciclo de estudos será concedido, se e só se não pretender continuar os seus estudos, o Diploma de Estudos Especializados.
3. No caso do curso de mestrado ser da iniciativa de mais do que uma escola, o diploma a que se refere o número anterior é atribuído pelo ISCEE.
4. Do diploma deve constar o nome do Instituto e a identificação da instituição que concede o grau, a designação do curso de mestrado, a identificação do aluno, a data da conclusão da parte escolar e a média final obtida.
5. A emissão do certificado é feita nos termos da lei pela instituição que concede o grau, exceto para os mestrados inter-instituições, cuja emissão competirá à IES em regime de protocolo.

Décimo Terceiro (Atribuição de grau académico)

1. A concessão do grau de mestre obriga à conclusão de um ciclo de estudos com 120 (cento e vinte) créditos ECTS e uma duração normal compreendida entre quatro semestres ou seis quadrimestres, compreendendo:
 - a) A frequência e aprovação na parte escolar, com a duração mínima de dois semestres significando uma carga mínima de trabalho do aluno correspondente a um mínimo de 50% do número total de créditos do ciclo de estudos;
 - b) Uma componente de trabalho autónomo supervisionado, correspondente a um mínimo de 35% do número total de créditos do ciclo de estudos, que pode revestir duas naturezas formativas:
 - i. Elaboração de uma dissertação de natureza científica, original e especialmente realizada para este fim, sua discussão e aprovação, quando o programa de mestrado tenha uma orientação académica e esteja direcionado para o prosseguimento de estudos;
2. A dissertação é um trabalho de natureza científica, que se enquadra nas matérias lecionadas na parte escolar do mestrado ou na área de conhecimento do mestrado. Deve ter, pelo menos, duas componentes:
 - i. Enquadramento e revisão crítica da literatura mais relevante sobre a temática abordada;

- ii. Componente de teor prático ou experimental que aplique os conhecimentos teóricos que foram objeto de referência no enquadramento teórico.

Décimo Quarto
(Orientação de dissertação)

1. Cabe ao diretor de cada curso a responsabilidade de apoiar e orientar os alunos na realização da sua dissertação, nomeadamente:
 - a) Ajudar o aluno na seleção do orientador, quando tal lhe seja expressamente solicitado, e proceder à respetiva aprovação;
 - b) Apreciar o registo da dissertação, e emitir parecer sobre o mesmo.
2. O orientador da dissertação é designado pelo diretor de curso, até 60 (sessenta) dias após a conclusão da parte escolar do ciclo de estudos, por proposta do aluno, após convite formulado junto de um professor ou equiparado a professor detentor do grau de doutor, ou de mestre e/ou especialista de mérito reconhecido, com um mínimo de 10 anos de experiência académica.
3. Após a entrega das propostas de dissertação, o diretor de curso deve reunir com a Comissão Executiva para analisar a viabilidade das propostas entregues.
4. Dessa reunião será elaborada uma acta onde constem as deliberações tomadas, bem como um mapa com o resumo da informação sobre os temas propostos pelos candidatos e os orientadores aprovados.
5. O diretor de curso deve submeter à aprovação da Comissão Científica o nome do orientador ou orientadores, através do envio de um registo da dissertação.
6. Após aprovação na Comissão Científica o aluno deverá ser notificado da decisão, até ao prazo máximo de 30 (trinta) dias, mediante entrega de uma cópia do registo da dissertação, com a indicação da data de aprovação na Comissão Científica.
7. Se o aluno desejar convidar um orientador que não seja docente do ISCEE, cabe ao diretor de curso nomear um coorientador, professor ou docente do ISCEE da especialidade objeto de registo nos termos do número anterior.
8. A existência de dois orientadores, sendo pelo menos um deles do ISCEE, deverá ser aprovada pela Comissão Científica ou pela Comissão Executiva de cada curso, sob proposta devidamente fundamentada do diretor de curso.
9. O modelo de registo da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio, com as adaptações necessárias, constitui o anexo B deste Regulamento.
10. Sem prejuízo no disposto neste Regulamento, o trabalho de projeto obedece também a um Regulamento específico nos termos do anexo C.
11. No início do último quadrimestre ou semestre do 2º ciclo de estudos, deverá o diretor de curso promover as iniciativas necessárias para que os alunos procedam à escolha dos temas, bem como à seleção do orientador das dissertações.
12. Cabe ao orientador e nos casos aplicáveis:
 - a) Apreciar, numa primeira fase, o projeto de dissertação, apresentado pelo aluno e sugerir alterações caso tal se mostre necessário;
 - b) Acompanhar o aluno na realização da dissertação, dando sugestões que se mostrem pertinentes, nomeadamente no que se refere a bibliografia e à apresentação de aprofundamento de aspetos que lhe pareçam relevantes;
 - c) Emitir o parecer final que acompanhará a dissertação, aquando do seu registo.

13. A apresentação formal do projeto de dissertação será feita nos termos das normas constantes do anexo D a este Regulamento.

Décimo Quinto

(Entrega da dissertação, e requerimento de provas)

1. Terminada a elaboração da dissertação, de natureza científica, o mestrando deve solicitar a realização das provas em requerimento dirigido ao Presidente do ISCEE – ou no caso de mestrados interinstituições – à Instituição protocolada, elaborado nos termos do anexo E, e acompanhado por:
 - a) Cinco exemplares policopiados da dissertação, com indicação expressa de documento provisório e um exemplar em suporte digital;
 - b) Cinco exemplares do *curriculum vitae*.
2. Se a primeira versão da dissertação, for aceite como definitiva na primeira reunião do júri, o candidato entregará seis exemplares incluindo na capa e na primeira página o nome do Instituto e da instituição que concede o grau, o título da dissertação, o nome do orientador e do coorientador quando exista e a constituição do júri, de acordo com as normas constantes do anexo F e procede-se à marcação das provas públicas de discussão.
3. Se o júri recomendar fundamentadamente ao candidato a reformulação da dissertação este disporá de um prazo de 90 (noventa) dias, improrrogável, durante o qual pode proceder à reformulação da dissertação, ou declarar que a pretende manter tal como a apresentou.
4. Reformulada a dissertação, o candidato deve proceder à entrega de seis exemplares definitivos e proceder conforme o descrito no número 2 deste artigo no que respeita à capa e à primeira página e procede-se à marcação das provas públicas de discussão.
5. Se o candidato optar pela não reformulação da dissertação, procede-se à marcação das provas públicas de discussão.
6. As dissertações de mestrado, ou as suas versões reformuladas, serão entregues no Gabinete de Mestrados do ISCEE que as aceitará após verificação do cumprimento dos prazos legais e do número de exemplares dos documentos exigidos por este Regulamento.
7. A contagem dos prazos para entrega da dissertação, pode ser suspensa quando ocorram, no decurso do prazo para a entrega do mesmo, as seguintes situações:
 - a) Prestação do serviço militar;
 - b) Maternidade;
 - c) Doença grave e prolongada do aluno ou acidente grave;
 - d) Por outras imposições legais.
8. O pedido de prorrogação do prazo para a entrega da dissertação, pode ser efetuado através de requerimento dirigido ao Presidente do CCP, por um prazo máximo de 3 (três) meses, no caso dos cursos de mestrado organizados em quadrimestres e de 6 (seis) meses, no caso dos cursos de mestrado organizados em semestres, estando sujeito ao pagamento do correspondente valor fixado como propina.

Décimo Sexto

(Constituição do júri)

1. O júri, para apreciação da dissertação, é nomeado, nos 30 (trinta) dias posteriores à sua entrega, pelo Presidente do CCP – ou, no caso dos mestrados interinstituições, pelo Presidente da IES em regime de protocolo – sob proposta do diretor de curso ou da comissão executiva do mestrado.

2. O júri é constituído, pelo menos, por:
 - a) O diretor de curso do mestrado que presidirá;
 - b) Um professor detentor do grau de doutor ou de mestre, da área do mestrado;
 - c) O orientador ou orientadores da dissertação,
3. O júri pode integrar, para além dos elementos referidos no número anterior, mais dois professores da instituição responsável pela organização do mestrado.

Décimo Sétimo (Tramitação do processo)

1. O presidente do júri dispõe de, no máximo, 30 (trinta) dias úteis para realizar a primeira reunião do júri, designada doravante de reunião preliminar, cuja convocatória se rege pelas regras constantes do anexo G.
2. Na reunião preliminar o júri decidirá sobre:
 - a) Aceitação da dissertação, sem emendas;
 - b) Recomendação fundamentada da reformulação da dissertação, e normas a que deve obedecer a mesma;
 - c) Marcação e organização das provas.
3. No caso da alínea b) do número anterior, será efetuada uma segunda reunião para marcação das provas.
4. No final de todas as reuniões deverá ser lavrada uma acta com as principais decisões tomadas, sendo a mesma assinada por todos os membros presentes (anexo H).

Décimo Oitavo (Discussão da dissertação)

1. O presidente do júri dispõe de um prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a aceitação da dissertação, para realizar a discussão da dissertação,
2. A discussão da dissertação, é precedida por uma exposição oral pelo candidato, sintetizando o conteúdo da dissertação, evidenciando os seus objetivos, meios utilizados para a sua realização e principais conclusões.
3. A exposição oral referida no ponto anterior durará até o máximo de vinte minutos.
4. Na discussão devem intervir todos os membros do júri incluindo o seu presidente.
5. A prova terá a duração máxima de uma hora e trinta minutos.
6. No final da prova o júri reunirá para atribuir uma classificação ao candidato, numa escala de 0 (zero) a 20 (vinte), ou para decidir da sua reprovação, devendo, neste caso, justificar a sua decisão.
7. A classificação referida no número anterior refere-se somente a ECTS que estão definidos no Regulamento do mestrado, no âmbito do qual se realizam estas provas.
8. No caso de não haver unanimidade nas decisões dos membros do júri deve-se proceder a uma votação nominal.
9. Da decisão do júri deve ser lavrada uma acta, assinada por todos os membros, onde devem constar as deliberações tomadas, as respetivas justificações e, em caso das decisões não serem tomadas por unanimidade, o resultado da votação nominal (anexo I).

Décimo Nono
(Classificação final)

1. A nota final do curso de mestrado é obtida pela média aritmética ponderada pelos respectivos ECTS, das classificações obtidas nas diferentes unidades curriculares da parte escolar do mestrado e da classificação obtida na discussão da dissertação.
2. A fórmula aplicada ao cálculo da nota final do mestrado referida no número anterior é a de acordo com o Regulamento específico de cada Mestrado.
3. A aprovação é expressa no intervalo [10;20] da escala numérica inteira de 0 (zero) a 20 (vinte).
4. Aos candidatos aprovados podem ser atribuídas as menções qualitativas de Suficiente, Bom, Muito Bom e Excelente.

Normas Específicas de cada Curso

Vigésimo
(Normas Específicas de cada curso)

O Regulamento de cada curso de 2º ciclo (mestrado), para além das normas gerais definidas nos artigos anteriores, incluirá obrigatoriamente:

1. A organização do curso;
2. A estrutura curricular;
3. O plano de estudos;
4. As habilitações de acesso;
5. O processo de fixação do número de vagas;
6. Os critérios de seleção dos candidatos.

Disposições Finais

Vigésimo Primeiro
(Disposições finais)

Aos casos omissos aplicam-se as normas previstas no Código de Procedimento Administrativo.

Vigésimo Segundo
(Entrada de vigor)

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Mindelo, 08 de Julho de 2015

Rui Manuel Fialho Franganito
O PRESIDENTE DA COMISSÃO CIENTÍFICA PEDAGÓGICA

ANEXO A

A que se referem os números 2 e 4, do Art.º 8º, do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação e dos Cursos de 2º Ciclo (MESTRADO)

Critérios de Seriação dos Candidatos

Critério de seriação	Ponderação na nota final de seriação
Licenciatura	40% da classificação final
Classificação obtida na licenciatura	30% da classificação final
Experiência profissional	20% da classificação final
Outros cursos	5% da classificação final
Referências profissionais	5% da classificação final

Licenciatura

A (s) licenciatura (s) com maior relevância para o mestrado em análise terá (ão) a classificação de 20 (vinte) valores. Para as restantes licenciaturas o júri definirá a sua hierarquização no que se refere à sua relevância para o mestrado, atribuindo as classificações de 18 (dezoito) valores, 16 (dezasseis) valores, 14 (catorze) valores, 12 (doze) valores e 10 (dez) valores.

Classificação obtida na licenciatura

- Média de licenciatura entre 20 (vinte) valores e 16 (dezasseis) valores corresponde a uma classificação de 20 (vinte) valores.
- Média de licenciatura entre 12 (doze) valores e 15 (quinze) valores corresponde a uma classificação de 15 (quinze) valores.
- Média de licenciatura de 10 (dez) valores ou de 11 (onze) valores corresponde a uma classificação de 11 (onze) valores.

Experiência profissional

- Experiência de, pelo menos, três anos na área de predominante do mestrado corresponde a uma classificação de 20 (vinte) valores.
- Experiência até três anos (exclusive) na área de predominante do mestrado corresponde a uma classificação de 18 (dezoito) valores.
- Experiência de, pelo menos, três anos noutras áreas corresponde a uma classificação de 16 (dezasseis) valores.
- Experiência até três anos (exclusive) noutras áreas corresponde a uma classificação de 14 (catorze) valores.
- Sem experiência profissional corresponde a uma classificação de 14 (catorze) valores.

Outros cursos

- Detenção do grau de mestre corresponde a uma classificação de 20 (vinte) valores.
- Detenção de duas ou mais pós-graduações corresponde a uma classificação de 18 (dezoito) valores
- Detenção de uma pós-graduação corresponde a uma classificação de 14 (catorze) valores.
- Detenção de diplomas de cursos de especialização relevantes para o mestrado em causa corresponde a uma classificação de 12 (doze) valores.

Referências profissionais

Consoante o mestrado em causa as referências profissionais relevantes poderão variar, a título exemplificativo podem ser consideradas como referência profissional as seguintes situações: TOC (Técnico Oficial de Contabilidade), ROC (Revisor Oficial de Contas), professor do ensino superior e secundário e formador.

A referência profissional considerada mais relevante para o mestrado em causa terá a classificação de 20 (vinte) valores. As restantes serão ordenadas por ordem decrescente de relevância, tendo classificações que podem ser de 18 (dezoito) valores, 16 (dezasseis) valores, 14 (catorze) valores, 12 (doze) valores e 10 (dez) valores.

ANEXO B

A que se refere o número 10 do Art.º 14º, do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação e dos Cursos de 2º Ciclo (Mestrado)

1. Registo de Dissertação (Impresso 1)
- e
2. Entrega de Projeto de Dissertação (Impresso 2)

Impresso 1 – Dissertação

Exmo. Senhor

Presidente do Instituto Superior Ciências Económicas e Empresariais

_____ (Nome)
residente em _____
telemóvel _____ telefone _____
e e-mail: _____
aluno nº _____ inscrito no presente ano letivo, no 3º semestre, do curso de
_____ 2º
Ciclo, mestrado em _____
vem comunicar/solicitar que ^a:

☐ O orientador da sua dissertação, com o tema: _____
seja/é o Professor _____

☐ Lhe seja designado Orientador para a dissertação.

^a Riscar o que não interessar.

Pede deferimento,

Mindelo/Praia, _____ de _____ de _____.

(Assinatura)

Impresso 2 – Entrega de Projeto de Dissertação

Exmo. Senhor
Presidente do Instituto Superior Ciências Económicas e Empresariais

_____, (Nome),
residente em _____, telefone _____, telemóvel _____
_____, e-mail: _____
_____, aluno nº _____,
inscrito no presente ano letivo, no 4º semestre/ 2º ano do em
_____ vem apresentar, ao
Diretor do mestrado, o seu Projeto de Dissertação ^a.

☐ Dissertação subordinada ao tema

☐ Dissertação reformulada, subordinada ao tema

^a Riscar o que não interessar.

Mindelo/Praia, _____ de _____ de _____.

(Assinatura)

A preencher pelo docente orientador

A Dissertação ^a

☐ reúne as condições para ser aceite.

☐ deve ser reformulado de acordo com:

^a Riscar o que não interessar.

Mindelo/Praia, _____ de _____ de _____

(Assinatura)

ANEXO C

A que se refere o número 14 do Art.º 14º, do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação e dos Cursos de 2º Ciclo (Mestrado)

NORMAS DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE DISSERTAÇÕES, DOS CURSOS DE 2º CICLO (MESTRADO)

1. Capa e folha de rosto, contendo:
 - Nome e logótipo do ISCEE;
 - Título;
 - Nome do autor;
 - Identificação da proposta de dissertação, trabalho de projeto ou relatório de estágio;
 - Designação do Mestrado;
 - Orientador (es);
 - Local e data (mês, ano).
2. Resumo em português com um máximo de 150 (cento e cinquenta) palavras, acompanhado de 3 (três) a 6 (seis) palavras-chave.
3. Texto, entre 6 (seis) a 10 (dez) páginas que deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:
 - Relevância do tema proposto, quer em termos científicos, quer para a prática empresarial;
 - Objeto da investigação;
 - Objetivos da investigação;
 - Metodologia de investigação proposta;
 - Algumas referências bibliográficas.
4. Formatação
 - Tipo e tamanho de letra: Times New Roman, 12
 - Espaçamento: 1,5
 - Margens: 3,5 cm à esquerda e 2,5 cm nos restantes lados.

ANEXO D

A que se refere o número 1 do Art.º 15º, do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação e dos Cursos de 2º Ciclo (Mestrado)

1. Entrega da versão provisória da Dissertação (Impresso 3)
2. Declaração (do aluno) que acompanha a entrega da versão provisória da Dissertação (Impresso 4)
3. E a Declaração (do orientador) que acompanha a entrega da versão provisória da Dissertação (Impresso 5)

Impresso 3 – Entrega de Dissertação

Exmo. Senhor
Presidente do Instituto Superior Ciências Económicas e Empresariais

A preencher pelo aluno

_____ (Nome)

residente em _____

telefone _____ telemóvel _____

e-mail _____

aluno nº _____ inscrito, no presente ano letivo no 4º semestre/2º ano do

Mestrado em _____

vem, por este meio, solicitar a realização de provas públicas para discussão da disserta-

ção sob o tema _____

cujo o orientador é o (a) Professor (a) _____

Para esse fim apresenta, de acordo com o estipulado no ponto 1 do artigo 15º do Regulamento de Cursos de Pós-Graduação e dos Cursos de 2º Ciclo (Mestrado), a seguinte documentação:

Cinco exemplares policopiados da dissertação, com indicação expressa de documento provisório e um exemplar em suporte digital;

Cinco exemplares do curriculum vitae*.

*Autorizo a divulgação do meu curriculum vitae pelo Gabinete de Saídas Profissionais do ISCEE

Sim ☐ Não ☐

Mindelo/Praia, _____ de _____ de _____

(Assinatura)

Impresso 4 – Entrega da Dissertação

DECLARAÇÃO

Nome _____

E-mail _____

Número de Bilhete de Identidade _____ Telefone _____

Título da Dissertação: _____

Orientador (es) _____

Mestrado em: _____ Ano de Conclusão _____

Declaro sob compromisso de honra que a dissertação agora entregue corresponde à versão final. Caso contrário, será posteriormente apresentada a que venha a ser aprovada pelo júri.

Declaro que concedo ao ISCEE e aos seus agentes uma licença não-exclusiva para arquivar e tornar acessível, através do seu repositório institucional, nas condições abaixo indicadas, a minha dissertação no todo ou em parte, em suporte digital.

Sim ☐ Não ☐

Concordo que a minha dissertação seja colocada (o) no repositório do ISCEE, com o seguinte estatuto (assinale um):

☐ Disponibilidade imediata do conjunto do trabalho, para acesso mundial;

☐ Disponibilidade do conjunto de trabalho, para acesso exclusivo no ISCEE, durante o período de:

1 ano ☐ 2 anos ☐ 3 anos ☐

Sendo que, após o tempo assinalado, autorizo o acesso mundial.

☐ Disponibilização do conjunto de trabalho, para acesso exclusivo do ISCEE. Retenho todos os direitos relativos à dissertação e o direito de a usar em trabalhos futuros (como artigos e livros)

Mindelo/Praia, _____ de _____ de _____

(Assinatura)

Impresso 5 – Dissertação

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos efeitos que a dissertação de mestrado em _____

do/aluno(a) _____

intitulada _____

_____, está concluída e em condições de ser submetida à apreciação do júri.

Mindelo/Praia, ____ de _____ de ____

O (s) Orientador (es)

ANEXO E

A que se refere o número 2 do Art.º 15º, do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação e dos Cursos de 2º Ciclo (Mestrado)

1. Entrega da versão definitiva da Dissertação (Impresso 6)

Impresso 6 – Entrega de Dissertação

Exmo. Senhor

Presidente do Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais

A preencher pelo aluno

_____ (Nome)

residente em _____

telefone _____ telemóvel _____

e-mail _____

aluno nº _____ inscrito, no presente ano letivo no 4º semestre/2º ano do

Mestrado em _____

vem, por este meio, apresentar, de acordo com o estipulado no ponto 2 do artigo 15º do Regulamento de Cursos de Pós-Graduação e dos Cursos de 2º Ciclo (Mestrado), a seguinte documentação:

☐ Seis exemplares policopiados da dissertação/trabalho de projeto/relatório de estágio(a), com indicação do júri e um suporte digital em CD.

^a Riscar o que não interessar.

Mindelo/Praia, _____ de _____ de _____

(Assinatura)

ANEXO F

A que se refere o número 1 do Art.º 17º, do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação e dos Cursos de 2º Ciclo (Mestrado)

1. Convocatória da reunião preliminar do júri, para apreciação da Dissertação (Impresso 7)

Impresso 7 – Dissertação

Exmo. (s) Senhor (es) membros do Júri

Serve a presente para convocar V. Excia. (s) para uma reunião preliminar, para apreciação da Dissertação referente ao (à) aluno (a) _____, nº _____, do mestrado em _____ subordinado ao tema: _____ a ter lugar no dia ____/____/____, às _____, na sala _____.

Mindelo/Praia, ____ de _____ de _____

O Presidente do Júri



ANEXO G

A que se refere o número 4 do Art.º 17º, do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação e dos Cursos de 2º Ciclo (Mestrado)

1. Acta da reunião preliminar do júri, para apreciação da Dissertação (Impresso 8)



Impresso 8 – Dissertação

ACTA DA REUNIÃO PRELIMINAR

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, reuniu o Júri da Dissertação, formado por:

Presidente: _____

Arguente: _____

Vogal: _____

Vogal: _____

Para apreciar a Dissertação do (a) aluno (a) _____, número _____, do Mestrado em _____.

O Júri concluiu, por unanimidade/maioria, que a Dissertação pode/não pode ser apresentado para discussão e avaliação.

^a Riscar o que não interessar

As provas ficam marcadas para o dia _____ de _____ de _____, pelas _____.

☐ Sem outros comentários.

☐ Com os seguintes comentários:

Por ser verdade, vai esta acta ser assinada por todos os membros que compõem o Júri.

ISCEE Mindelo/Praia, _____ de _____ de _____

Presidente:

Arguente:

Vogal:

Vogal:



ANEXO H

A que se refere o número 9 do Art.º 18º, do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação e dos Cursos de 2º Ciclo (Mestrado)

1. Acta da reunião do júri, para apreciação e atribuição de classificação à Dissertação (Impresso 9)



Impresso 9 – Dissertação

ACTA DA REUNIÃO

Aos _____ dias, do mês de _____ do ano de _____, reuniu o Júri da
Dissertação _____,
formado por:

Presidente: _____

Arguente: _____

Vogal: _____

Vogal: _____

Para discutir a Dissertação do (a) aluno (a) _____,
número _____ do Mestrado em _____, em _____
_____.

O Júri concluiu por unanimidade/maioria, que a Dissertação está aprovada com a nota de
_____ valores, correspondendo a uma classificação qualitativa de _____.

^a Riscar o que não interessa

☐ Sem outros comentários.

☐ Com os seguintes comentários:

Por ser verdade, vai esta acta ser assinada por todos os membros que compõem o Júri.

ISCEE Mindelo/Praia, _____ de _____ de _____

Presidente:

Arguente:

Vogal:

Vogal: